

DOSSIÊ DEVOÇÕES NA CONTEMPORANEIDADE

doi: [10.25247/paralellus.2024.v15n36.p271-298](https://doi.org/10.25247/paralellus.2024.v15n36.p271-298)

INTERFACES PSICOLÓGICAS NA TEOLOGIA TRINITÁRIA EM
RELAÇÃO À TEMÁTICA DA VIOLÊNCIA E ABUSOS

PSYCHOLOGICAL INTERFACES IN TRINITARIAN THEOLOGY IN
RELATION TO THE THEME OF VIOLENCE AND ABUSE

INTERFACES PSICOLÓGICAS EN LA TEOLOGÍA TRINITARIA EN
RELACIÓN AL TEMA DE LA VIOLENCIA Y EL ABUSO

*Aurea Marin Burocchi - In Memoriam**

*Jacqueline de Oliveira Moreira**

RESUMO

O presente artigo trata da violência e do abuso de menores e incapazes, especialmente dentro das comunidades eclesiais. O objetivo é buscar explicações e justificativas psicológicas na compreensão de tais atitudes, em leitura paralela com as relações intra-trinitárias e sua proposta ao ser humano, criado à imagem e semelhança de Deus-Trindade Amorosa e chamado a viver relações amorosas com Deus mesmo e com os outros. A partir da constatação de que a violência é contrária à consciência humanizada, elementos de antropologia teológica confirmam o valor do ser humano e a sua inviolabilidade sagrada.

* Doutora em Teologia pela FAJE, Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia. Mestre em Teologia pela FAJE, Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia. Pós-doutorado pela FAJE. Professora na PUC Minas desde 2006. Membro do Colegiado do curso de Teologia IFTDJ – PUC Minas. Pesquisadora na FAJE e PUC Minas. E-mail: aureamarin@gmail.com.

* Doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Filosofia pela UFMG. Pós-doutorado em Teologia, Faculdade Jesuíta. Professora da Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Psicanalista. Bolsista Produtividade CNPq PQ 1 D. Membro da Câmara de Ciências Humanas da FAPEMIG. E-mail: jacqdrawin@gmail.com.

Palavras-chave: Ser humano; Violência; Abuso; Trindade; Consciência.

ABSTRACT

This article deals with violence and the abuse of minors and the incapacitated, especially within ecclesial communities. The aim is to seek psychological explanations and justifications for understanding such attitudes, in a parallel reading with intra-Trinitarian relationships and their proposal to the human being, created in the image and likeness of God - the Loving Trinity - and called to live loving relationships with God himself and with others. From the observation that violence is contrary to humanized conscience, elements of theological anthropology confirm the value of the human being and their sacred inviolability.

Keywords: Human being; Violence; Abuse; Trinity; Consciousness.

RESUMEN

Este artículo trata sobre la violencia y el abuso hacia menores e incapaces, especialmente dentro de las comunidades eclesíásticas. El objetivo es buscar explicaciones y justificaciones psicológicas para comprender tales actitudes, en una lectura paralela con las relaciones intratrinitarias y su propuesta para ser humano, creado a imagen y semejanza de la Trinidad amorosa de Dios y llamado a vivir relaciones amorosas con Dios y con los demás. A partir de la constatación de que la violencia es contraria a la conciencia humanizada, elementos de la antropología teológica confirman el valor del ser humano y su sagrada inviolabilidad.

Palabras clave: Ser humano; Violencia; Abuso; Trinidad; Conciencia.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto de um projeto de pós-doutorado que se propõe a pesquisar e refletir sobre a realidade do assédio e do abuso, entendendo que ambos são sempre um ato de violência contra a vítima, nos ambientes das comunidades eclesiais católicas e de seus ministérios e pastorais. Não é intenção deste estudo acirrar divergências, culpabilizar ou semear desconfianças no ambiente eclesial. Muito pelo contrário, a intenção é melhor entender os elementos que compõem e caracterizam esses eventos para, eventualmente, vislumbrar-se soluções institucionais, eclesiais, grupais para as referidas situações.

A pesquisa, em um primeiro momento, tentou elucidar questões pertinentes ao tema, como a formação coletiva da consciência neste momento histórico, em particular, o

uso da violência e a contextualização da pós-modernidade. Evitou-se, neste percurso, trazer casos específicos assim como juízos de valor ou morais.

A seguir, buscou-se elementos da antropologia teológica que afirmassem a atual compreensão teológica do ser humano, com o objetivo de estabelecer o seu valor e a sua inviolabilidade sagrada. O ser humano é objeto do amor de Deus. Amor gratuito e primeiro: antes de tudo, Deus amou a sua criatura. Sendo criatura entre criaturas, o homem e a mulher trazem em si algo de divino: imagem e semelhança de Deus. São, portanto, livres e capazes de amar. Neste ponto, “amor” recebe a definição cristã: dar-se ao outro graciosamente, como o Filho, Jesus Cristo, até a morte, se necessário.

Sucessivamente, a pesquisa pousou especificamente sobre as contribuições da psicologia, aproximando-as da teologia trinitária, entendida como paradigma para a vida de relações dos seres humanos. Verificou-se que o ser humano é ser desamparado. E nesse desamparo primário em que o ser humano se encontra nasce a possibilidade da compaixão e do amor pelo outro. Ao ser atendido em suas necessidades básicas e sentir-se amado, o homem e a mulher podem desenvolver a capacidade de amar. Portanto, ser amado, também para a psicologia é a experiência humana primária. Então, há uma redução da diversidade alteritária do Outro por parte do abusador? Sem dúvida, pode-se afirmar que a sacralidade do outro desaparece nos casos de abuso.

Finalmente, sem a pretensão de conclusão, o artigo propõe algumas considerações para o enfrentamento da questão do assédio e abuso nas comunidades eclesiais. Interessante são as produções cinematográficas a respeito, pois podem dar uma imagem icônica do problema. Podemos citar “Spotlight” e um dos últimos, “Entre Mulheres”, dirigido por Sarah Polley.

Embora haja a percepção de que a própria sociedade tenha gerado uma “cultura da violência e do abuso” que banaliza a situação das vítimas, não se pode deixar de considerar a sensação de que ela também mostra a evolução da consciência da humanidade que, neste ponto da história, entende que é inconcebível se aceitar atitudes que desconsiderem, abusem ou violentem outro ser humano.

2 CONSIDERAÇÕES PERTINENTES: POR QUE SÓ AGORA?

A violência, o assédio e o abuso não são, evidentemente, situações vivenciadas somente neste tempo, neste período e contexto históricos. Assim fosse, bastaria “recriar” situações, “corrigir” atitudes, “eliminar” os responsáveis por tais comportamentos e o problema estaria resolvido. Entretanto, desde sempre a “lei do mais forte” é a que vigora (OLIVEIRA, 2006), a história dos vencedores é aquela que merece ser registrada, enquanto os mais fracos são exterminados e servem, muitas vezes, para garantir a sobrevivência e supremacia do mais forte. Por que, então, agora a sociedade se rebela contra isso? Por que causa escândalo aquilo que, em outras épocas e culturas, era considerado “normal”?

Tenta-se entender as razões de uma sensibilidade maior às violências sofridas, acenando a uma resposta que traz em causa a questão da atual consciência civilizatória. Podemos falar de consciência de vários pontos de vista, possivelmente, todos relacionados entre si em algum nível. Um deles é a partir de pressupostos neurológicos ligados à própria evolução das espécies. Embora esse processo de desenvolvimento e aquisição de componentes físico-cerebrais seja importantíssimo, Jaynes considera que um enorme número de atividades dos seres humanos não está ligado à consciência, como concluem Fontanella e Bizzotto (s/d).

Em uma série de documentários do canal Prime Video, dirigidos e produzidos por Renato Barbieri, Consciência 3, no episódio 1 “Consciência em Si” e no episódio 2 “Consciência do Outro”, encontram-se conteúdos que podem ajudar a responder a esta questão. Segundo o neurocientista e escritor, António Damásio, da University of Southern California, a consciência é algo do organismo todo e não somente do cérebro, o que justifica o seu sentido etimológico nas línguas latinas, que apresentam um sentido tanto moral quanto de conhecimento em geral.

Guto Pompéia¹, psicólogo e professor da PUC São Paulo, afirma que a consciência se mostra no modo como ela opera, podendo ser definida como consciência de ser

¹ Como é apresentado no vídeo.

corpo vivo, presente: percepção de si, percepção dos outros, percepção da realidade ao redor. Segundo ele, para a psicologia a consciência é o “eu observador”, que reconhece a si mesmo no reconhecimento da existência do Outro: “sei quem sou a partir do reconhecimento do outro”. Assim, é importante sublinhar que a consciência é sempre parcial, tanto em relação ao “eu” propriamente dito, como em relação ao outro e a todas as realidades circundantes (BARBIERI, s/d).

Atualmente, a neurociência afirma a importância do afeto no processo de tomada de consciência dos outros, das coisas, do mundo, enfim. Sem sentimentos, a sociedade se torna patológica, uma sociedade de psicopatas e criminosos. Ora, essa constatação, a partir de um ponto de vista filosófico, encontra-se também na tese de Filipe Campello, “Crítica dos afetos”, que leva em conta também as questões de linguagem e seu uso político:

... para disputarmos os critérios da crítica e dilatarmos nossa percepção para ouvir outros relatos, é preciso reconhecer sujeitos não apenas dotados de dignidade e valor moral, mas como enunciadores de discursos que possuem relevância epistêmica para a correção e ampliação de nosso vocabulário político². Para alargar nosso vocabulário em busca de outras categorias, outras formas de dizer o mundo, não precisamos jogar fora nossos afetos, mas, também, precisamos encontrar os meios para que a pluralidade desses afetos, dentro de todas as suas ambiguidades, não seja catalisadora de injustiças (CAMPELLO, 2023, p. 183).

Assim, o afeto é elemento fundamental na criação da consciência e na aquisição de um “vocabulário” que permita o alargamento da própria consciência, pois “para contar histórias de outras maneiras, antes precisamos mudar o nosso vocabulário que permite contá-las” (CAMPELLO, 2023, p. 185). O autor defende a tese de que essa consciência, percepção ou aquisição de vocabulário se dá de forma política, isto é, as narrativas singulares, pessoais devem estar inscritas também em uma gramática social para que a compreensão das mesmas não seja questão de autorreferencialidade, mas se torne patrimônio social, acessível a todos, ou, pelo menos, a um grande número de pessoas. Portanto, é fundamental perceber “linguagem, hábitos e normas sociais que nos fornecem os horizontes de

² “Político” é aqui entendido no seu sentido original de “relativo à polis”, portanto, pode-se dizer à sociedade ou ao grupo em questão.

compreensão nos quais afetos são normativamente articulados” no existir social, pois “só é possível ‘ser-consigo-mesmo-no-outro’” (CAMPELLO, 2023, 184).

A professora, escritora e filósofa Scarlett Marton (BARBIERI, s/d) chama a atenção para a Modernidade, com sua cultura individualista e fragmentária. Com a fragmentação da Modernidade, muito se perdeu da visão histórica e a questão da identidade não se coloca mais, como se colocava há um tempo. As mídias sociais permitem que o indivíduo possua múltiplas identidades que podem ser acessadas, quando lhe for conveniente. Assim, cada um, pessoalmente, e para consumo próprio, cria suas “identidades” virtuais. Nesse jogo, perde-se a ocasião de se estabelecer relações reais englobantes. Os indivíduos são “globalizados” virtualmente, mas fragmentados e confusos, identitariamente falando. Também Papa Francisco assim tem se referido nos seus documentos, especialmente na encíclica de 2020, *Fratelli Tutti*³, sobre a amizade social.

Outro aspecto importante para a compreensão da realidade da violência e dos abusos são os valores, justamente porque eles direcionam o ser e agir políticos, isto é, o agir com o outro, com os outros e com o mundo. Para este artigo, os valores ganham relevância especial, pois, sem eles, o homem perde sua consciência humana pessoal e a sociedade, sua consciência humana, politicamente falando. Esses valores, hoje em dia, assumem características de cuidado e bem-estar em consonância com o corpo, com a pessoa, com a vida individual e a vida na terra. Portanto, pode-se concluir que a “conscientização” passa tanto pela esfera pessoal quanto comunitária, ou política, pois é somente com a mudança de paradigmas que se consegue chegar a uma narrativa coletiva e, portanto, política, onde é possível se entender quais valores e quais comportamentos são identificados como “humanos”. O conhecimento humanizado é conhecimento ligado à dimensão afetiva, empática, solidária, a uma ética capaz de enfrentar os desafios planetários e que seja acolhedora das alteridades (cf. DRAWIN, p. 27).

Papa Francisco afirma: “O individualismo não nos torna mais livres, mais iguais, mais irmãos. A mera soma dos interesses individuais não é capaz de gerar um mundo melhor para toda a humanidade” (FT, n. 105).

³ Referenciada com a sigla FT.

Quando se pensa em abuso, é necessário aproximar a esse fenômeno um outro: a violência, pois os abusos se manifestam como eventos violentos e deixam o abusado profundamente ofendido, machucado, em situação de extremo sofrimento. Portanto, faz-se necessário uma rápida incursão no campo da conceituação da violência, tida por uns como algo humano e, por outros, como falta de humanidade e transcendência. Assim, alguns estudiosos afirmam que a questão da violência e do abuso não é uma disfunção da sociedade atual, apenas. É algo que faz parte da natureza. Entretanto, há divergências de posição em relação a essa concepção: para Hanna Arendt a violência é “arma de dominação” (MOREIRA, p. 34). Wieviorka entende que, na atual sociedade, “a violência deixa de ser objeto de estudo ou por excesso de respeito às diferenças cultural e religiosa ou por sua banalização”, exacerbando aspectos subjetivos da mesma (WIEVIORKA, 1997, p. 9; apud MOREIRA, p. 33, 2011), sem a devida consideração social, política. Frankl já considera a violência como fenômeno subumano, ou seja, desumanizante, e sua proposta para a resolução dessa situação é a auto-transcendência. Daí, portanto, conclui-se que a violência é a falta de sentido e de transcendência do ser humano (MOREIRA, 2011, p. 35).

Drawin lembra Wieviorka ao afirmar “que a violência transforma-se historicamente não só como fenômeno concreto, mas também em seu significado sócio-político e nas representações que dela construímos” (DRAWIN, 2011, p. 12). Por isso, o autor considera que, por um lado, a violência não é apenas um fato isolado, mas deve ser inserido em um cenário mais amplo, sujeito a uma multiplicidade de interpretações e, por outro lado, é também um objeto híbrido, não sujeito à especificidade de uma determinada ciência ou área do conhecimento (DRAWIN, 2011, p. 15).

Para Freud, parece que a violência é constitutiva do ser humano, devido ao seu caráter narcisista (MOREIRA, 2011, p. 38). Para o eu agigantado, o outro, a diferença é intolerável. A solução, portanto, é o aniquilamento do outro. Essa violência pode ser entendida também como supremacia, domínio físico – força de trabalho, objeto sexual – e psicológico do outro, de forma que:

Em resultado disso, o seu próximo é, para eles, não apenas um ajudante em potencial ou um objeto sexual, mas também alguém que tenta satisfazer sobre ele a sua agressividade, a explorar sua capacidade de trabalho sem compensação, utilizá-lo sexualmente

sem o seu consentimento, apoderar-se de suas posses, humilhá-lo, causar-lhe sofrimento, torturá-lo e matá-lo. *Homo homini lupus* (FREUD, 1930/1976, p. 133, apud MOREIRA, 2011, p. 38).

Com Moreira (2011, 34-35), citando Arendt e Frankl, é fácil pensar que a violência é algo subumano, algo que tolhe ao ser humano o cerne mais profundo e sagrado da sua própria ontologia, que o faz digno de ser chamado “humano”. Diante da complexidade proposta por Drawin, não é possível nem mesmo aventar a possibilidade de atribuir o adjetivo “animal” aos tipos de violência praticadas entre e por seres humanos. Não se observa violência entre espécies na natureza quem não esteja ligada à preservação da espécie: fome e reprodução. Também não se observa, geralmente, machos que violentem e abatam as fêmeas ou seus filhotes, exceto raras exceções. Normalmente, as relações sexuais acontecem com o consentimento e a escolha do parceiro pela fêmea. É absurdo o número de feminicídios e atentados contra mulheres, incluídas menores – inclusive bebês – e vulneráveis de que se tem notícia todos os dias. Difícil assistir a noticiários sem reparar neste assunto constante.

A Agência Senado, denunciou em 22 de junho de 2022, através da Senadora Leila Barros, que expôs dados recolhidos de pesquisas da UNICEF e do Observatório do Terceiro Setor, que o Brasil é o segundo país no mundo com maior número de casos de jovens, adolescentes e crianças abusados sexualmente, com uma estimativa de 500 mil vítimas por ano.

3 VIOLÊNCIA, ASSÉDIO E ABUSO NA IGREJA CATÓLICA

O foco deste artigo é restringir essa situação ampla e complexa de violências e abusos a uma situação que tem chocado a opinião pública já há algumas décadas: o abuso sexual cometido contra vulneráveis e incapazes por agentes e ministros da Igreja Católica. Uma pesquisa que se atualiza constantemente na Wikipedia (última atualização: 16/07/2023) traz os seguintes dados:

Irlanda: este foi o primeiro país a ter acusações de abusos de padres e religiosos já na década de 1980. A partir de 2008, a Igreja iniciou uma série de investigações internas sobre essas alegações. Desde 1975 confirmaram-se abusos sexuais de pelo menos 85 padres.

Portugal: um dos últimos países a divulgarem o resultado das investigações, revelou que o clero católico abusou sexualmente de pelo menos 4.815 menores desde 1950. A maioria desses crimes já prescreveu, somente 25 acusações continuam em processo.

Estados Unidos: no início do terceiro milênio um grande escândalo foi revelado pelo Boston Globe – *Spotlight* – incluindo o arcebispo Bernard Law que encobriu denúncias de abusos sexuais de quase 90 padres ao longo das décadas, somente na Arquidiocese de Boston. A Igreja Católica norte-americana recebeu denúncias de mais de 20 mil menores vítimas de abuso sexual por parte de 7 mil clérigos.

Em 2018, a Congregação para a Doutrina da Fé, órgão do Vaticano que julga esses casos, considerou o cardeal Theodore McCarrick, Arquidiocese de Washington, culpado de abusos contra menores e adultos. Seu caso tem o agravante de abuso de poder, por isso foi reduzido ao estado laico em 2018 – pena mais dura da lei canônica. Ele é o membro do clero de mais alta hierarquia a receber tal punição. Papa Francisco, em 2019, o expulsou da Igreja devido a esses abusos sexuais de adolescentes na década de 1970.

Chile: as acusações levaram à investigação de mais de 200 membros da Igreja. 240 vítimas foram identificadas, sendo 123 menores de idade. Caso típico de abuso ancorado no privilégio específico do poder eclesiástico é o do Padre Karadima, que foi o epicentro desse escândalo, tendo seu caso de ataques a menores entre as décadas de 1980 e 1990, em uma paróquia de Santiago, alcançado enorme divulgação e indignação no país. Em 2018, ao visitar o Chile, Papa Francisco foi acusado de não agir no caso. Na ocasião, o pontífice fez um *mea culpa* e, ao voltar a Roma, aceitou a renúncia de sete bispos chilenos.

Alemanha: em pesquisa de 2017, descobriu-se que, pelo menos, 547 menores de um coro de Regensburg foram abusados por clérigos entre 1945 e 1990. “O abuso sexual é antes de tudo também abuso de poder”, afirma o estudo encomendado pela Conferência Episcopal Alemã a uma equipe das Universidades de Mannheim, Heidelberg e Giessen sobre o tema dos abusos sexuais de crianças dentro da Igreja Católica na Alemanha, de 1946 a 2014.

Em 2018, acadêmicos concluem um estudo que aponta 3.677 menores abusados por clérigos entre 1946 e 2014, no país. O Papa Emérito Bento XVI, em 2022, foi questionado sobre a sua gestão da pedofilia quando era Arcebispo de Munique. O relatório dessa arquidiocese revela que, entre 1945 e 2019, pelo menos 497 pessoas sofreram agressões sexuais (CENTOFANTI, 2018).

Bélgica: o escândalo da pedofilia clerical tem início com as acusações contra um bispo. Tal fato deu origem a macro investigações sobre os abusos sexuais cometidos pelos membros do clero no país. Em 2010, o bispo de Bruges, Roger Vangheluwe, foi acusado de abusos inclusive contra dois sobrinhos que teriam durado por anos. As conclusões da Comissão para o Tratamento de Queixas de Abuso Sexual revelam que 13 abusados cometeram suicídio e 6 tentaram tirar a própria vida. Esses fatos que sublinham a gravidade dos abusos e justificam um estudo aprofundado sobre a questão.

Foram identificados 320 padres agressores já falecidos, cujos crimes se deram entre 1950 e 1980. Quando um magistrado, para favorecer a Igreja, fechou os trabalhos da comissão, o próprio Parlamento abriu a investigação contra os abusos e criou um centro de arbitragem independente que funcionou entre 2012 e 2015, recebendo 628 denúncias. A Igreja, por sua vez, criou 10 pontos de contato para acolher depoimentos e indenizar as vítimas. Até 2020, esses pontos de contato receberam 553 denúncias, chegando-se a um total de 1.181 denúncias em uma população de 11,5 milhões de habitantes.

França: a comissão formada para investigar casos de abusos sexuais de menores por parte do clero apresentou em 2021 o cálculo de 330 mil menores vítimas de padres, religiosos e pessoas ligadas às instituições católicas, desde 1950.

Polônia: desde 2018 a Igreja recebeu centenas de denúncias sobre agressões sexuais do clero. Em 2019, a Igreja polonesa admitiu que cerca de 400 padres abusaram sexualmente de crianças ao longo de 3 décadas.

Austrália: após alguns escândalos, o governo criou uma comissão que recebeu, entre 2013 e 2017, as denúncias de abusos. O relatório apontou que 7% dos religiosos católicos foram acusados de agressões sexuais contra menores entre

1950 e 2010. Entretanto, os fatos não foram investigados. Em 2018, o Cardeal George Pell foi acusado e absolvido em 2020.

Espanha, Itália, Brasil estão entre os países em que parece não haver ainda uma adequada mobilização eclesial para o acolhimento e investigação de tais casos. Em artigo publicado pelo IHU (20/02/2023), Pe. Marcelo Neri, teólogo italiano e professor da Universidade de Flensburg, na Alemanha, tenta responder o que há por trás dos abusos da Igreja. O religioso lembra que não se tratam “apenas” de casos, mas que é necessário levar-se em conta a constelação de questões em que se inserem. Segundo ele, tanto a Igreja quanto a teologia não podem descuidar desse pano de fundo. O religioso afirma que o poder inerente ao Ministério Ordenado e a importância do testemunho carismático são fatores agravantes dos crimes de abuso de menores por parte do clero. Pe. Marcelo Neri traça uma rápida, mas clara imagem nesse pano de fundo dos abusos, colocados entre patologia e crime, que envolvem o desvio, a violência, a justificação e a não responsabilização do clero:

Clericalização do ministério e da pastoral da Igreja que “degrada”, desqualifica a comunidade de fé e dos discípulos missionários como sujeitos secundários, relegando-os a simples coadjuvantes;

Visão distorcida dos sacramentos que chega a qualificar as vítimas como cúmplices do crime, não se comprometendo, portanto, com a reparação do corpo e da alma violados;

Cultura carente de memória da Igreja local: sem documentos e arquivos acessíveis, quando os culpados são transferidos, perde-se a memória histórica dos eventos criminosos;

Falta de verificação comunitária por parte de membros da comunidade de fé que podem e devem compartilhar o discernimento sobre as práticas, papéis e pessoas que vivem e trabalham na comunidade;

Aceitação da responsabilidade que permitiria a gestão dos casos e a configuração de medidas, em processo sinodal.

Ele termina afirmando que: “O que temos dificuldade para compreender é que ou fazemos isso agora ou seremos atropelados pela nossa inércia” (NERI, IHU, 20/02/2023).

Parece que, de modo geral, surgem duas visões da questão: uma que considerada a responsabilidade pessoal, colocando o problema no sujeito da ação criminosa. Neste caso, a solução é a eliminação do sujeito para se acabar com o problema. Entretanto, outra perspectiva nasce entre clérigos e leigos, que se manifesta com a seguinte pergunta: o que há na estrutura que provoca isso? Qual é o ponto crucial da cultura institucional – eclesial e não eclesial – que provoca abusos. Por que o abuso existe em uma instituição e na Igreja, de modo particular?

No passado, diante do abuso sexual de um menor ou de qualquer pessoa, ou até mesmo diante de uma relação sexual mutuamente consentida envolvendo pessoas ordenadas, falava-se de pecado, de fraqueza na resistência à tentação do “diabo”. O pecado sugeria, de alguma forma, um vínculo diabólico. O pecador era condenado a “pagar” penitência, com sofrimentos aqui “na terra” e no “além”. É bom lembrar que até João Paulo II, a questão dos abusos na Igreja foi encoberta, por entender-se que o indivíduo pecador não representava a Instituição Igreja à qual pertencia e que esta não podia ser atingida por atos pecaminosos pessoais. Normalmente, as autoridades eclesiais transferiam o “pecador” do local onde desempenhava seu trabalho pastoral e tentavam manter o silêncio, com reprimendas pessoais. Essa deve ter sido uma tarefa difícil e ingrata para os bispos católicos, uma vez que, ao mudar de lugar, o “pecador” continuava com o mesmo estilo de vida e “pecado” na nova destinação. Portanto, as mudanças de endereço só favoreciam a “contaminação” das comunidades, embora essa não fosse a intenção.

O papa Bento XVI, em carta ao seu biógrafo, o alemão Peter Seewald, meses antes de sua morte, referiu-se ao problema de saúde que o levou a renunciar em 2013: “a insônia que o acompanhava sem interrupção desde a Jornada Mundial da Juventude em Colônia”, em agosto de 2005. Embora isso não esclareça os motivos dessa insônia (O Globo, 27/01/2023), de fato, muito se falou sobre quais seriam esses motivos e o mais citado foi sua incapacidade de lidar com a questão dos abusos perpetrados pelo clero católico em todo o mundo contra crianças, adolescentes e

vulneráveis. Esse problema não era novo, foi herdado de seus antecessores, especialmente Paulo VI e João Paulo II – não citamos João Paulo I devido à brevidade de seu pontificado: 33 dias em 1978. Estima-se que essa prática seja ainda mais antiga, embora somente nas últimas décadas a questão esteja nas manchetes.

Não escapa a esta pesquisa que a maior parte dos abusos com crianças, adolescentes e pessoas vulneráveis se dê dentro da própria família, perpetrada por aqueles que deveriam ser os responsáveis pela proteção e bem-estar dos abusados: pais, mães, avós, tios, primos, irmãos, padrastos e madrastas, amigos da família etc. Gente conhecida e reconhecida como confiável, tornando o ato ainda mais hediondo, uma vez que este se insere em uma relação de confiança. Entretanto, é necessário abordar a questão pela parte que nos toca, pois somente um caso de abuso já é demais. No ambiente eclesial, onde a confiança também da família está em jogo, ministros e agentes de pastoral têm uma posição de carisma e poder inigualável, privilegiada e, por isso mesmo, a ruptura desse laço causa dor e sofrimento inimaginável, que toca a totalidade da pessoa humana.

Com o advento de Francisco, veio a reviravolta: passa-se a ver o abuso de menores como crime. Agora o abusador não é somente um “pecador” é também um “criminoso”. Papa Francisco transfere para as autoridades civis os casos de pedofilia e abusos para o julgamento da sociedade. Portanto, uma grande e, talvez inesperada, novidade no pontificado de Francisco é o enfrentamento da questão, sem melindres ou acobertamentos, coisa que vem ocorrendo desde 2013. Em muitas ocasiões o pontífice tem se expressado, demonstrando preocupação e até vergonha por estes casos de abuso. No Congresso Latino Americano, no Paraguai (2023), dedicado ao tema dos abusos sexuais dentro da Igreja disse:

Desejo expressar minha tristeza às vítimas pelas dores e os traumas que sofreram. E também minha vergonha, nossa vergonha, minha vergonha pela longuíssima incapacidade da Igreja em pô-las no centro de suas preocupações, assegurando a elas a minha oração.

O abuso sexual por parte do clero e seu encobrimento por bispos e superiores religiosos deixaram uma ferida indelével no corpo de Cristo, a Igreja, devido ao dano causado a tantas pessoas.

Qualquer um que diminua o impacto desta história e minimize o perigo atual desonra aqueles que tanto sofreram e engana aqueles que dizem servir.

Ultimamente a questão tem se ampliado: será o abusador vítima de um desvio doentio? A pedofilia é doença? Há uma certa tendência que afirma que, atualmente, a Igreja está mais voltada para a “punição”, sem considerar as questões particulares do abusador. Portanto, o combate se volta mais aos abusos, propriamente ditos, do que um combate à pedofilia. Entretanto, esta questão não é objeto de nosso estudo, no momento.

4 PERSPECTIVAS DA ANTROPOLOGIA TEOLÓGICA

Tratando-se de um tema com uma perspectiva teológica, não podem ficar de fora considerações importantes da Antropologia Teológica. Estamos necessariamente nos referindo à disciplina na área da Teologia Sistemática que considera o ser humano nas suas relações: consigo mesmo, com o outro, com o meio circundante e com O Outro absoluto, entendido aqui como Deus, no caso, como o Deus cristão que é reconhecido como uma relação de Três Pessoas: Pai, Filho e Espírito Santo (SUSIN, 2003).

Especialmente impulsionada pelo Concílio Vaticano II (1962-1965), a teologia tem acolhido as contribuições das ciências em geral. Ciências como a antropologia, a sociologia e a psicologia se tornaram um modo de conhecer o ser humano e fundamentar as concepções teológicas sobre a criação e o desígnio de Deus em relação a sua obra. Portanto, às ancestrais perguntas: quem sou, de onde vim, para onde vou, a observação e as conclusões das ciências humanas são fundamentais (cf. SUSIN, 2003; RUBIO, 1989).

A Antropologia Teológica, absolutamente não se trata de um pensamento que divinize o ser humano (cf. DRAWIN, 2011, 31-32) mas sim que evidencia os esforços de compreender o homem e a mulher como parte constitutiva da criação, portanto, ambos criaturas de Deus e não deuses. Essa consciência de serem partes da criação exige, por sua vez, a resposta consciente e responsável pelo *ethos* em que estão. Assim, a atual reflexão teológica sobre o ser humano aponta, especialmente, estes elementos:

4.1 O ser humano: criatura entre criaturas

João Paulo II, com a carta encíclica *Fides et Ratio*, encerra definitivamente a disputa entre fé e ciência. Elas não devem se contrapor, mas apresentar visões próprias e complementares de uma realidade que está aí. E essa realidade nos coloca como criaturas ao lado de outras criaturas em um mundo onde tudo e todos estão intimamente interrelacionados (cf. L⁴ 16, 91, 117, 138, 240).

Bruno Forte, teólogo contemporâneo, apresenta a criação como quênose da Santíssima Trindade que, amorosamente, abre espaço ao tempo e à matéria, isto é, o Pai, através do Filho, na força do Espírito Santo, os Três dão vida a tudo o que existe (cf. BUROCCHI, 2016, p. 154). Mais ainda, a teologia também considera que a criação não é um ato, um evento circunscrito num passado indefinido, objeto de relatos etiológicos (Gn 2,1-31; 2,4-15), relegado à tradição de povos primitivos, ou mesmo fruto de mecanismos evolutivos *startados* em algum momento, mas é Amor eterno que continua a dar vida a tudo, a toda a criação, fazendo com que o “início” seja sempre atual, novo, fecundo. Portanto, pode-se afirmar que:

Se a criação é o lugar do amor vivificador da Trindade, pode-se afirmar que essa mesma criação é, em certo sentido, morada, habitação da Trindade. Ao mesmo tempo, a Trindade é a casa, a origem do mundo, é também o berço, o meio que o mantém e sustenta e, por fim, é a pátria em que a criação repousa na alegre plenitude. Nessa estreita relação com o mundo – que não é entendida como “interferência” ou indevida “ingerência” de Deus no mundo [...]. (BUROCCHI, 2016, p. 154)

Nas narrativas etiológicas de Gênesis 1 e 2 o ser humano é chamado a ser colaborador de Deus no ato criador. É chamado a cuidar do jardim no qual está inserido. Essa nova leitura de Gn 1,28: “E Deus os abençoou, e Deus lhes disse: Frutificai e multiplicai-vos, e enchei a terra, e sujeitai-a; e dominai sobre os peixes do mar e sobre as aves dos céus, e sobre todo o animal que se move sobre a terra”, estabelece que um parâmetro importante a nível teológico, muito bem expresso na carta encíclica de Papa Francisco, *Laudato Si'*:

Esta irmã [a terra] clama contra o mal que lhe provocamos por causa do uso irresponsável e do abuso dos bens que Deus nela colocou. Crescemos a pensar que éramos seus proprietários e dominadores,

⁴ Carta encíclica de Papa Francisco, *Laudato Si'*, 2015, referenciada como LS.

autorizados a saqueá-la. A violência, que está no coração humano ferido pelo pecado, vislumbra-se nos sintomas de doença que notamos no solo, na água, no ar e nos seres vivos. Por isso, entre os pobres mais abandonados e maltratados, conta-se a nossa terra oprimida e devastada, que “geme e sofre as dores do parto” (Rm 8,22). Esquecemo-nos de que nós mesmos somos terra (cf. Gn 2,7). O nosso corpo é constituído pelos elementos do planeta; o seu ar permite-nos respirar, e a sua água vivifica-nos e restaura-nos (LS, n. 2).

Hoje, com a atual consciência desenvolvida diante da crise ecológica que arrasa o planeta, as palavras de Gn 2,15, o segundo relato da criação, parecem mais adequadas: “e Deus tomou o homem e o colocou no jardim do Éden para o lavrar e o guardar” e não para dominar e usar indiscriminadamente a seu bel prazer. A “dominação” entendida como depredação só traz prejuízos a todos: aos povos depredados, à terra depredada e a todo o planeta, uma vez que os ecossistemas estão interligados numa frágil interdependência harmônica, às consciências depredadas, ao próprio sistema depredador. Papa Francisco repetidamente nos lembra: “tudo está interligado” (LS, n. 16, n. 91, n. 117, n. 138, n. 240).

4.2 A liberdade e a capacidade de amar

A antropologia teológica considera o dado da Sagrada Escritura: “E criou Deus o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou” (Gn 1,27). Ao se considerar criado à imagem e semelhança de Deus, o ser humano está dizendo algo sobre si e sobre Deus, ao mesmo tempo. Para se entender o que significa ser imagem e semelhança de Deus, é necessário estabelecer “quem” é Deus, não no sentido de o conhecermos total e perfeitamente, mas, mais propriamente, no sentido de estabelecer de qual Deus estamos falando.

Obviamente, no nosso caso, estamos nos referindo ao Deus cristão, aquele da tradição judaica, na qual nasceu e viveu Jesus Cristo, o Filho encarnado, enviado pelo Pai, na força do Espírito Santo para anunciar aos homens o seu amor, reconciliando a todos com o seu Deus-Trindade Amorosa (cf. BUROCCHI, 2016). O Deus anunciado por Jesus Cristo e no qual os cristãos acreditam, desde os primeiros séculos, é Trindade: Pai, Filho e Espírito Santo em eterna e infinita relação amorosa. Pressupostos de uma relação verdadeiramente amorosa são: liberdade e capacidade de amar, entendida como gratuidade. Aspectos, esses, evidentes nos

textos etiológicos que nos falam da criação do ser humano: a responsabilidade sobre o restante da criação e até mesmo o interdito relativo à árvore do conhecimento do bem e do mal.

Neste sentido, dá-se por óbvio que amar é a possibilidade de decisão da liberdade porque somente quem é livre pode decidir sobre o que fazer ou não fazer e, portanto, amar. AMOR, aqui, não é entendido somente como um sentimento romântico cavalheiresco, que foi cultivado nas cortes feudais europeias da Idade Média. A ideia de “amor”, para o cristianismo, está ligada ao compromisso com o(s) outro(s), à doação de si, culminando, se necessário, com a doação da própria vida, como o fez Jesus, o Cristo Senhor, na sua paixão e morte de Cruz.

O ser humano, portanto, criado à imagem e semelhança de Deus, é livre e, sendo livre, é capaz de amar. Capaz de amar Deus, seu criador e, portanto, “*capax Dei*”: “O homem, então, é ‘capaz’ de tender à visão de Deus (*capax Dei*), não por suas forças, mas pela graça Daquela que o criou e redimiu, destinou-o a si e se doou a ele” (FORTE, 1993, p. 124). E capaz de amar a si mesmo, a criação e o mundo que o rodeia, com ênfase especial para o outro ser humano que, na Sagrada Escritura, é chamado de “próximo” e de “irmão” (cf. Mt 5,43-44; 22,37-39; Jo 15,12; Hb 13,1-3; Rm 13,8; 1Cor 13,1-13; Cl 3,12-15; 15,2; Tg 2,8; 1Jo 3, 15-16; 4,7-8; 1Pd 4,8 e muitos outros), tanto no Antigo como no Novo Testamento.

Essa visão antropológica positiva do cristianismo não deixa de levar em conta a realidade da ruptura do pecado, pois considera a graça anterior a este. Portanto, o ser humano não se perdeu totalmente com a “ruptura” – pecado –, não perdeu a capacidade originária de dialogar com Deus. Aliás, Deus Trindade se revela como o eterno e insistente buscador da sua criatura, o ser humano, na história (BUROCCHI, 2018, p. 102).

E foi justamente a liberdade que tornou possível o “não” do ser humano ao seu Criador. Essa ruptura fundamental desequilibrou todas as relações possíveis para o ser humano. Deus, nesse momento, deixa de ser Deus para o homem e a mulher e isso coloca o próprio ser humano numa situação menos humana, na qual estabelece relações desumanas (cf. RUBIO, 2019). Aquilo que, normalmente as religiões chamam de “pecado”, é a ruptura na relação fundamental com Deus mesmo que

leva o ser humano a romper todas as outras relações: consigo mesmo, com os outros, com a natureza, o ambiente em que se encontra.

Embora a proposta, ou mesmo, a lei ou mandamento do amor ao próximo, considerado irmão, seja um ensinamento do Antigo Testamento, Jesus, segundo a compreensão dos primeiros cristãos, a retoma e pede mais dos seus discípulos: “Quem ama o seu irmão permanece na luz e não corre perigo de tropeçar. Mas quem tem ódio ao seu irmão está nas trevas” (1Jo 2,10-11). “Nós sabemos que passamos da morte para a vida, porque amamos os irmãos. Quem não ama, permanece na morte” (1Jo 3,14). “Aquele que não ama o seu irmão, a quem vê, não pode amar a Deus, a quem não vê” (1Jo 4,20). O Amor cristão chega ao absurdo de se dirigir também ao inimigo: “Vocês ouviram o que foi dito: ‘Ame o seu próximo e odeie o seu inimigo’. Mas eu digo: Amem os seus inimigos e orem por aqueles que os perseguem” (Mt, 5,43-44). Papa Francisco nos lembra:

Para os cristãos, as palavras de Jesus têm ainda outra dimensão, transcendente. Implicam reconhecer o próprio Cristo em cada irmão abandonado ou excluído (cf. Mt 25,40.45). Na realidade, a fé cumula de motivações inauditas o reconhecimento do outro, pois quem acredita pode chegar a reconhecer que Deus ama cada ser humano com um amor infinito e que “assim lhe confere uma dignidade infinita”. Além disso, acreditamos que Cristo derramou o seu sangue por todos e cada um, pelo que ninguém fica fora do seu amor universal. E, se formos à fonte suprema que é a vida íntima de Deus, encontramos-nos com uma comunidade de três Pessoas, origem e modelo perfeito de toda a vida em comum. A teologia continua a enriquecer-se graças à reflexão sobre esta grande verdade (FT, no. 85).

Papa Francisco, na encíclica *Laudato Si'*, retoma o esquema das relações fundamentais do ser humano e a necessidade da restauração das mesmas:

A existência humana se baseia sobre três relações fundamentais intimamente ligadas: as relações com Deus, com o próximo e com a terra. Segundo a Bíblia, essas três relações vitais romperam-se não só exteriormente, mas também dentro de nós. Esta ruptura é o pecado. A harmonia entre o Criador, a humanidade e toda a criação foi destruída por termos pretendido ocupar o lugar de Deus, recusando reconhecer-nos como criaturas limitadas (LS, n. 66).

4.3 O mistério da Encarnação: proximidade e desamparo

Neste artigo, ao falarmos da importância do outro, ousamos usar a palavra sagrado, não somente por causa da interface teológica, mas também na dimensão psicológica. Jung⁵ tratou dessa questão amplamente, entretanto, aqui retomamos a definição de Berger que afirma ser o sagrado: “qualidade de poder misterioso e temeroso, distinto do homem e, todavia, relacionado com ele, que se acredita residir em certos objetos da experiência” (BERGER, 1990, p. 38). Colocamos o outro de si mesmo, que pode ser O Outro, por excelência, mas também o outro ser humano, ou ainda, qualquer elemento da criação de Deus.

Para o Cristianismo, herdeiro do Judaísmo, O Outro absoluto é Deus mesmo, não manipulável pelo ser humano. Daí todas as proibições relativas a esse respeito na Sagrada Escritura, especialmente no Antigo Testamento: não consultar oráculos, espíritos, adivinhos etc: Lv 19,31; Dt 18,9-13; Is 8,19 etc.; e também a proibição das imagens, pois o Deus de Israel não pode ser obra de mãos humanas: Ex 20,3-6; Lv 19,4; Dt 27,15; Sl 115,8-4; Is 44,16-20 etc.

No Cristianismo, conservando o monoteísmo, desde os seus inícios, as comunidades manifestam claramente a crença em um único Deus que é Pai, Filho e Espírito Santo. Historicamente, o Deus do Antigo Testamento que se revelou aos pais da fé, aos profetas, na plenitude dos tempos, revelou-se definitivamente, enviando seu Filho unigênito para falar do seu amor aos homens, à sua criação e reconciliar a todos consigo mesmo (cf. Hb 1,1-14; Gl 4,4). Deus não desiste de restabelecer a relação com o ser humano.

Durante a história do desenvolvimento teológico, ou seja, o percurso da Tradição, temos essa compreensão sistematizada com o instrumental da filosofia grega, trazendo consigo os seus pontos positivos e negativos. Esse desenvolvimento se deu devido à questão fundamental que os cristãos dos primeiros séculos tiveram que responder: Quem é Jesus Cristo? Muitas divergências nasceram dessas formulações de respostas, às vezes em oposição umas às outras, às vezes, simplesmente divergentes de algum ponto de vista. Tudo isso criou desavenças,

⁵A obra de Jung reflete também sua vida familiar – seu pai era um pastor e seu avô materno também – e sua própria experiência pessoal. Algumas das obras de Carl Gustav Jung sobre o tema: “A Psicanálise e o Religioso”, “Psicologia e Religião”, “Interpretação Psicológica do Dogma da Trindade” e outros.

antagonismos e até eventos mais violentos entre os cristãos, o que levou os imperadores a convocarem concílios com todos os bispos para solucionarem esses problemas. Os primeiros quatro Concílios Ecumênicos foram:

325: Niceia, convocado pelo imperador Constantino Magno para resolver a questão ariana. Este Concílio definiu a igual dignidade entre Pai e Filho, isto é, Jesus Cristo também é Deus;

351: Constantinopla, convocado pelo imperador Teodósio, que ratificou as definições de Niceia e afirmou a divindade do Espírito Santo;

431: Éfeso, que declarou Maria como a Mãe de Deus;

451: Calcedônia, que define as duas naturezas de Jesus Cristo, a humana e a divina (cf. MATOS, 1997, p. 97-107; cf. KAUFMANN, 2012, p. 131-147; cf. POSTETÀ, VIAN, 2013, p. 85-87).

Na compreensão do dogma da Santíssima Trindade, temos a contribuição de vários teólogos e padres da Igreja, entre eles, Santo Agostinho (334-430) afirma que o Pai é o Amante, o Filho, o Amado e o Espírito Santo, o Amor, o Dom (cf. LADARIA, 2015, p. 262-263). Também Ricardo de São Victor (1110-1173), importante teólogo e místico escocês, afirma que em Deus há um só amor, expresso de modo distinto em cada uma das três pessoas (cf. LADARIA, 2015, p. 266-267).

Como acenado acima, Tomás de Aquino define a Trindade, o Deus cristão, como relação de distinções: “as relações em Deus, dada a suma simplicidade da essência divina, identificam-se com a essência mesma. Deus não tem relações, Deus é diversidade de relações reais” (LADARIA, 2015, p. 261). “As pessoas divinas se distinguem enquanto se relacionam. A distinção não é, portanto, separação, mas relação, e o ser irrepitível não é fechamento nem isolamento, e sim doação. [...] A unidade divina não é a unidade do solitário, mas a da comunhão perfeita” (LADARIA, 2015, 268). A teologia adverte a não considerar as três pessoas de Deus como três subjetividades, pois esbarraríamos numa espécie de triteísmo, o que, desde os inícios foi evitado pelas comunidades cristãs. Entretanto, é visível a concepção de um Deus que é relação e não ser supremo, onipotente e onipresente, mas, antes,

um Deus relação de distintos que, além de tudo, busca a relação com a sua criatura, o que se verifica na Sagrada Escritura. Isso nos leva a duas percepções:

Deus é relação e, ao criar tudo, inclusive o ser humano, imprimiu na sua criação esse selo distintivo que tende à abertura ao outro;

Essa característica criacional indica ao ser humano o paradigma da sua realização enquanto criatura: cultivar relações, segundo o paradigma trinitário.

Como resposta à ruptura causada pela opção do ser humano, Deus ainda decide estabelecer uma aliança definitiva com o mundo, entrando na história, através do Mistério da Encarnação, em que por meio do Filho, “a Trindade Eterna entra efetivamente na finitude do tempo e do espaço, assumindo os limites da matéria, do tempo, do espaço, do sexo, da cultura judaica, da linguagem humana...” (BUROCCHI, 2016, p. 154).

Com a Encarnação do Filho, percebemos o movimento quenótico de toda a Trindade, uma vez que a Teologia afirma que onde uma pessoa está, as três estão presentes. Daí entende-se que também o que é próprio da Trindade Imanente, sua relação íntima de mútua doação, pericorese, em grego, também, de certa forma, encontra sua “encarnação” na realidade humana, assinalando, mais que tudo, que os seres humanos são chamados a viverem estabelecendo relações interpessoais “amorosas”, isto é, de doação e acolhida recíprocas.

Ao nascer como ser humano, entre os homens, o Filho de Deus assume uma realidade incompreensível para muitas religiões e pessoas: a fragilidade, o desamparo. O ser humano é um dos seres que nasce em maior situação de desamparo e que necessita de cuidados por mais tempo. A situação primordial do ser humano é de desamparo (cf. Moreira, 2004, p. 109). O risco de não receber os cuidados essenciais de que necessita é a morte. Além da alimentação, da limpeza, do agasalho, o filhote humano precisa também de contato físico, de carinho de aconchego que, para o recém-nascido, além da sensação de bem-estar por causa das necessidades satisfeitas, significa também afeto, amor.

Portanto, depois do mistério da encarnação do Filho, podemos dizer que esse ser frágil, desamparado que é o ser humano tem algo de sagrado. Ele traz em si, como

símbolo de toda a natureza criada por Deus-Trindade-Amorosa, o sinal da fragilidade e do desamparo que é, fundamentalmente, um apelo à relação. Jesus, junto ao poço de Jacó dá um comovente exemplo disso, pedindo água à mulher samaritana (Jo 4,1-29).

5 O OUTRO COMO PRINCÍPIO DE VIDA DO EU: DESAMPARO E ALTERIDADE NO FREUDISMO

Normalmente entende-se o qualificativo “humano” como algo contrário ao “divino” e justificador de atitudes contrárias ao paradigma trinitário, como uma espécie de “falta”, um “menos” à condição criatural: sou humano... somos humanos, portanto, é natural que sejamos imperfeitos, maus, pervertidos. Mas será esta a razão única para relações corruptas, de poder, de dominação, de superioridade – será possível isso? – de opressão, de aniquilamento do outro serem predominantes em grande parte da realidade cotidiana da humanidade? Ser humano significa ser perverso? Ou essa é justamente a “perversão” de uma possibilidade diferente de relacionamentos e existência?

Interessante observar que os abusos, de modo geral, são ações de pessoas em situação, mesmo que temporária, de poder. Eventualmente, em outra ocasião essa mesma pessoa será abusada por outros, mais poderosos que ela. Então, o abuso é, na realidade, um abuso de poder que se manifesta especificamente em relação às mais diversas dimensões: moral, psicológica, física, financeira, sexual.

Nos últimos 20 anos, o problema catastrófico do abuso sexual por parte do clero na Igreja Católica foi documentado publicamente em muitos países – nos Estados Unidos, principalmente, mas também na Irlanda, Austrália, Reino Unido, Alemanha, França e Chile, entre outros. No Brasil, no entanto, lar da maior população católica do mundo, esta tragédia tem sido, até agora, em grande parte escondida (DOULE, Anne Barrett. *in* GUSMÃO, BRAGA, 2023, P. 17).

Se o outro é a nossa possibilidade de sermos o que somos, de nos reconhecermos pelo que somos, ele tem algo único, algo “sagrado”, na acepção mais literal do termo, de “especialmente reservado”. Sendo um ser de necessidades que precisam

ser satisfeitas, em um primeiro momento por um “outro experiente”, o desamparo essencial do ser humano é também a sua possibilidade de criar relações significativas (cf. MOREIRA, 2003).

O recém-nascido é incapaz de suprir as suas necessidades básicas por si mesmo, devido à imaturidade motora, simbólica e linguística. O grito, o choro, o espernear, movimentar-se, atingem o outro, comunicando-lhe a falta, a necessidade de algo que só pode ser satisfeito no território da intersubjetividade da experiência psicológica. Provavelmente, o pequenino ainda não sabe com exatidão o que lhe está faltando ou incomodando em determinado momento. Também o outro experiente não sabe exatamente do que o bebê precisa, aos poucos, vai aprendendo quais são suas necessidades e vai atendendo-o – ou não, infelizmente – numa comunicação intersubjetiva. Assim, com o choro, o bebê clama por alguém que possa alimentá-lo, limpá-lo, agasalhá-lo para que fique confortável, consolá-lo, quando se sentir só e desamparado, medicá-lo nas suas dores. Esse alguém é o “outro experiente”, isto é, em condições de atender às necessidades do pequeno em situação de desamparo. Nesse processo intersubjetivo, o bebê vive e se desenvolve, adquirindo, através da ação de outro(s) a satisfação de suas necessidades básicas: de alimento, cuidado e afeto (MOREIRA, 2003).

Obviamente, essa situação biológica do bebê atinge qualquer pessoa durante a sua vida toda. O Ser humano é ser de necessidade, é ser desamparado.

Assim, a presença do outro é decisiva, mas este outro pode ser fonte de sofrimento. Sabemos que a dor representa uma das modalidades de relação como outro. As dimensões de alteridade se fazem presentes na experiência de dor em diferentes níveis. Podemos pensar em diferentes formas de relação entre o eu e o outro em que o tema da dor seja central, mas nessa reflexão optamos por explicitar três tipos, a saber: em primeiro lugar, podemos pensar no outro como aquele que introduz a dimensão da dor, o outro como agente da dor; em seguida pensamos no outro que atende ao grito de socorro, o outro como suporte para dor; finalmente, o outro que emerge no interior do próprio eu mediante uma experiência de dor, sendo que nessa dimensão assistiremos a um desdobramento da problemática. O outro como agente da dor é o tema central deste artigo que tenta pensar o tema do abuso. O outro

como um socorro para dor se refere à ideia do desamparo estrutural do humano e a acolhida que cada pessoa encontra. Agora a ideia do outro que pode se abrir em nós depois de uma elaboração da dor na forma de sofrimento parece-nos um caminho terapêutico para as feridas da vida.

Birmam acredita que a dor e o sofrimento podem ser classificados como experiência psíquica pessoal, no caso, da dor é a busca por relações alteritárias, enquanto no caso do sofrimento é, inevitavelmente, o apelo à presença de alguém: “Tudo se passa como se a subjetividade acreditasse que estivesse vivendo num eterno presente, no qual a repetição do mesmo fosse tão poderosa que não anunciasse mais qualquer possibilidade de ruptura e de descontinuidade” (BIRMAM, 2012, p. 4). Experiências que seguem e perseguem o viver humano indefinidamente, até o seu último momento.

Ao lado disso, essa espacialização da experiência psíquica seria o correto da dominância no psiquismo da sensação de dor a expensas do sofrimento, considerando que este pressuporia sempre a temporalização daquela experiência. De fato, se a dor evidencia uma posição solipsista do sujeito e o seu fechamento em face do outro, o sofrimento seria algo de ordem alteritária, que pressuporia o apelo e a demanda endereçada ao outro. Portanto, o sofrimento como marco das tormentas do sujeito implicaria uma transformação do registro da dor, que seria sempre permeada pela simbolização e temporização desta. Na opacidade da dor, enfim, seria a espacialização da experiência do sujeito que dominaria as coordenadas deste (BIRMANN, 2012, p. 4).

Podemos perguntar como estas descrições da relação com outro no ponto da dor nos interessa para pensar o tema do abuso. Primeiro, porque podemos pensar que o abusador desconsidera ou diminui a dimensão alteritária da vítima, transformando-a em uma coisa. De outro lado, defendemos a importância da escuta qualificada da pessoa abusada como possibilidade de elaboração da dor na forma de sofrimento e na construção de um outro eu em si, pois como criaturas divinas temos o amor e a conciliação como aposta de vida.

6 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES OPORTUNAS

Este artigo não tem a pretensão de abordar todos os ângulos da questão da violência, do assédio e do abuso na vida interna das comunidades cristãs católicas.

Em todo caso, algumas considerações, que não pretendem ser “finais”, fazem-se oportunas e necessárias:

Teologicamente falando, os abusos têm reflexos também sobre o abusador, pois ele também é criado à imagem e semelhança de Deus, livre e capaz de amar. Não viver segundo este paradigma diminui a “humanidade” do ser humano. Portanto, a violência provocada pelo assédio e abuso, torna o abusador menos “humano”. Ao defraudar outra criatura de Deus, o abusador também é defraudado na sua condição de imagem e semelhança com o seu criador.

Em nível ético, prático parece indispensável e urgente que essa questão não seja minimizada, “varrida para debaixo do tapete”, velada com “véus” ou “peneiras”, acalmada com “panos quentes” ou qualquer outra imagem que se possa ter para ilustrar o descuido e a ignorância proposital, pois isso significaria uma ulterior e enorme injustiça e opressão institucional com as vítimas. Em outra oportunidade, tratar-se-á das vítimas, aspecto apenas acenado neste artigo. É, portanto, um problema a ser tratado institucionalmente, considerando-se todos os envolvidos em todas as etapas: leigos e clérigos; seleção, formação inicial e formação permanente; estilo de vida e de pastoral. Acreditando que a educação, em sentido amplo e em larga perspectiva, pode ser uma resposta a esse problema sério de injustiça, afirmamos com Dadoun que a educação pode modificar o cenário de violência, transformando o potencial de destruição em potencial civilizatório positivo, na construção de um mundo melhor (MOREIRA, 39).

Todos estão envolvidos e comprometidos. Este é um problema eclesial que não pode ficar restrito e pesando somente nos ombros de bispos ou superiores de congregações religiosas. A comunidade como um todo, portanto, também os leigos são chamados a se envolverem e responsabilizarem pelo problema, construindo um ambiente verdadeiramente saudável para o desenvolvimento integral dos membros das comunidades eclesiais e dos ambientes em que seus ministérios e pastorais se desenvolvem.

A violência e o abuso, o desrespeito e a opressão continuam muito presentes nas culturas e nas civilizações. Entretanto, cada vez mais, o ser humano se pergunta como estar diante disso de forma “civilizada”, humana, de modo que isso não mais

ocorra e a liberdade amorosa se realize. Um mundo perfeito? Certamente não, mas mais “humano”, mais “civilizado”, mais apetecível para a participação da vida, onde se vive e se proporciona vida digna aos outros, com atitudes de cuidado e afeto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABUSO SEXUAL DE MENORES NA IGREJA CATÓLICA. In: **WIKIPÉDIA**. Flórida: Wikimedia Foundation, 2023. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Abuso_sexual_de_menores_na_Igreja_Cat%C3%B3lica&oldid=66315733. Acesso em: 26 jul. 2023.

AFP, Berlim. Papa Bento XVI renunciou por insônia, revela carta enviada a biógrafo antes de sua morte. O Globo. 27/01/2023.

Agência Senado. **Brasil precisa combater abuso sexual na infância com mais empenho, aponta debate**. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/06/24/brasil-precisa-combater-abuso-sexual-na-infancia-com-mais-empenho-aponta-debate#:~:text=Segundo%20o%20Observat%C3%B3rio%20do%20Terceiro,500%20mil%20v%C3%ADtimas%20por%20ano>. Acesso: 11/12/2023.

BERGER, P. **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulinas, 1990.

BIRMAN, Joel. **O Sujeito na Contemporaneidade**, espaço, dor e desalento na atualidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BUROCCHI, Aurea Marin. A Criação: esplendor da Trindade. **INTERAÇÕES** – Cultura e Comunidade, Belo Horizonte, Brasil, v. 11, n. 20, p. 152-172, jul./dez. 2016. ISSN 1983-2478.

CAMPELLO, Felipe. **Crítica dos Afetos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

CENTOFANTI, Sergio. Apresentado na Alemanha estudo sobre abusos encomendado pela Igreja. VaticanNews, Vaticano, 26/09/2018.

DRAWIN, Carlos R. As seduções de Odisseu: paradigmas da subjetividade no pensamento moderno. LO BIANCO, Ana Carolina et al. **Cultura da ilusão**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998. p. 9-36.

DRAWIN, Roberto. O Paradoxo Antropológico da Violência. **Faces da Violência na Contemporaneidade: Sociedade e Clínica**. Barbacena, Editora da Universidade do Estado de Minas Gerais, 2011.

FONTANELLA, Francisco C.; BISSOTO, Maria Luísa. **A evolução da Consciência enquanto processo civilizador**: um ensaio. s/d. <https://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais7/Trabalhos/A%20evolucao%20da%20consciencia.pdf>. Acesso em 5/09/2023

FORTE, Bruno. **A Essência do Cristianismo**. Petrópolis: Vozes, 2003.

FORTE, Bruno. **L'eternità nel tempo**. Saggio di antropologia ed etica sacramentale. Milano: Paoline, 1993. Tradução nossa.

FRANCISCO, Papa. Carta Encíclica **LAUDATO SI'**. Vaticano, 24-05-2015.

FRANCISCO, Papa. Encíclica **FRATELLI TUTTI**. Vaticano, 04-10-2020.

FRANCISCO, Papa. Que os menores estejam mais seguros na Igreja. VaticanNews. 14/03/2023.

FRANCISCO, Papa. II Congresso Latino-Americano CEPROME (Centro de Proteção do Menor) e Pontifícia Comissão de Proteção do Menor. Assunção (Paraguai), 14-16/03/2023.

GUSMÃO, Fábio; BRAGA, Giampaolo Morgado. **Pedofilia na Igreja**. Um dossiê inédito sobre casos de abusos envolvendo padres católicos no Brasil. Belo Horizonte: Máquina de Livros, 2023.

BARBIERI, Renato (Dir.). **Consciência 3**. Episódio 1: Consciência de si. PRIME Video.

https://www.primevideo.com/detail/OOFN3005NUGMJAUBM3M6ALCDJ4/ref=atv_dp_sign_suc.

BARBIERI, Renato (Dir.). **Consciência 3**. Episódio 2: Consciência do outro. PRIME Video.

https://www.primevideo.com/detail/OOFN3005NUGMJAUBM3M6ALCDJ4/ref=atv_dp_sign_suc.

JAYNES, J. **The origin of consciousness in the breakdown of the bicameral mind**. EUA: Houghton Mifflin, 1990.

KAUFMANN, Thomas; KOTTJE, Raymund; MOELLER, Bernd; WOLF, Hubert (orgs.). **História Ecumênica da Igreja**, vol 1. São Paulo: Paulus, Sinodal, Loyola, 2012.

LADARIA, Luis F. **O Deus Vivo e Verdadeiro**. O Mistério da Trindade. São Paulo: Loyola, 2015.

MCCARTHY, Tom (Dir.). **Spotlight** - Segredos Revelados. Open Road Films, 2015.

MATOS, Henrique Cristiano José. **Introdução à História da Igreja**, vol. 1. Belo Horizonte: O Lutador, 1997.

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira. A Alteridade como Experiência Originária: o Desamparo. **Tempo Psicanalítico**, Rio de Janeiro, v.36, p. 107-123, 2004.

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira. O problema da alteridade no pensamento freudiano: uma construção. **Ágora** (Rio J.) 6 (2) Dez 2003 <https://doi.org/10.1590/S1516-14982003000200005>. Acesso em 8/09/2023.

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira. Reflexões sobre o conceito de violência: da necessidade civilizatória à instrumentalização política. **Faces da Violência na Contemporaneidade: Sociedade e Clínica**. Barbacena, Editora da Universidade do Estado de Minas Gerais, 2011.

OLIVEIRA, Ione Sampaio de. **Trajetória Histórica do Abuso Sexual contra Criança e Adolescente**. Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de Psicologia do UniCEUB – Centro Universitário de Brasília. Professor-orientador: Dr. Maurício Neubern, 2006.

POLLEY, Sarah (Dir.). **Entre Mulheres**. Universal Pictures, 2023.

POTESTÀ, Gian Luca; VIAN Giovanni. **História do Cristianismo**. São Paulo: Loyola, 1013.

RUBIO, Alfonso G. **Antropologia Teológica**. Petrópolis: Vozes, 2019.

RUBIO, Alfonso G. **Unidade na pluralidade**. Paulinas, 1989.

SOUZA, Maurício Rodrigues. Psicanálise, antropologia e alteridade: apontamentos para um debate. **Artigos Psicologia Estudado**. 17 (1) março de 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/b58Vsf6nqQWzZJ5ykmvmCPH/?lang=pt#>.

SUSIN, Luiz Carlos. **A criação de Deus**. Siquem / Paulinas, 2003.